

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	5
Apresentação da coleção.....	7
Nota à 4. <sup>a</sup> edição.....	9
Nota à 3. <sup>a</sup> edição.....	11

### Introdução

1. Objetivo deste estudo.....	37
2. As transformações do direito processual civil, o processo cautelar e outras tutelas de urgência.....	38
3. Importância dos procedimentos especiais e evolução do direito material.....	39
4. Plano e divisão do trabalho.....	40

### PRIMEIRA PARTE – TUTELAS DE URGÊNCIA. PERFIS GERAIS

José Miguel Garcia Medina  
Fernando da Fonseca Gajardoni

#### 1

### Fundamentos, estrutura e função das tutelas de urgência

1.1 Raiz constitucional das tutelas de urgência.....	41
1.2 Tutelas de urgência típicas e atípicas. Caráter exemplificativo das tutelas de urgência típicas.....	43
1.3 Modalidades de tutelas de urgência. Visão geral.....	44
1.4 Diferenças existentes entre as modalidades de tutelas de urgência.....	46
1.4.1 Tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela.....	46
<i>Quadro sinóptico 1</i> .....	48
1.4.2 Tutelas de urgência satisfativas autônomas.....	49
1.5 Semelhanças entre tutela cautelar e antecipação dos efeitos da tutela. É relevante a distinção?.....	49

1.6	Fungibilidade entre antecipação dos efeitos da tutela e tutela cautelar ....	51
1.6.1	A regra do § 7.º do art. 273 do CPC .....	51
1.6.2	Fungibilidade “de mão dupla” .....	52
1.7	Unificação procedimental entre ação cautelar (incidental e <i>ante causam</i> ) e ação “principal” .....	53

## 2

### Antecipação dos efeitos da tutela (tutela satisfativa provisional)

2.1	Antecipação dos efeitos da tutela e outras tutelas de urgência .....	55
2.2	A antecipação dos efeitos da tutela nem sempre é tutela de urgência .....	56
2.3	Antecipação dos efeitos da tutela e julgamento antecipado parcial da lide .....	57
2.4	Requisitos .....	58
2.4.1	Existência de prova inequívoca e verossimilhança da alegação ...	58
2.4.2	Antecipação dos efeitos da tutela, em caso de fundado receio de dano grave ou de difícil reparação (art. 273, I, do CPC) .....	58
2.4.3	Antecipação dos efeitos da tutela em razão de abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 273, II, do CPC) .....	59
2.4.4	Reversibilidade dos efeitos antecipados (art. 273, § 2.º, do CPC). <i>Periculum in mora</i> inverso e princípio da proporcionalidade .....	59
2.5	Efetivação da liminar (art. 273, § 3.º) .....	62
2.6	Revogação ou modificação da decisão que antecipa efeitos da tutela (art. 273, § 4.º). Ausência de preclusão para o juiz .....	63

## 3

### Tutelas de urgência satisfativas autônomas (medidas “cautelares satisfativas”)

3.1	As medidas “cautelares satisfativas”. Improriedade da expressão .....	65
3.2	Tutelas de urgência satisfativas autônomas. Conceito .....	67
3.3	Ausência de regulamentação expressa e aplicação supletiva dos procedimentos previstos para outras modalidades de tutelas de urgência .....	69
3.4	Ultratividade da tutela satisfativa autônoma e desnecessidade de ajuizamento de outra ação (“principal”) .....	70
3.5	Estabilidade da decisão e inexistência de coisa julgada .....	71
3.6	Inexistência de ônus no ajuizamento de ação voltada à obtenção de pronunciamento judicial fundado em cognição exauriente. Iniciativa que pode ser tomada por qualquer das partes .....	73

## 4 Tutela cautelar

4.1	Tutela e processo cautelar.....	75
4.1.1	A tutela cautelar frente às outras modalidades de tutela jurisdicional.....	75
4.1.2	Finalidade da tutela cautelar .....	76
4.1.3	Ação, processo, medida e liminar cautelar .....	77
4.1.4	Algumas classificações.....	80
4.1.4.1	Nominadas (ou típicas) e inominadas (ou atípicas) .	80
4.1.4.2	Antecedentes e incidentais .....	81
4.1.4.3	Constritivas e não constritivas .....	82
	<i>Quadro sinóptico 2</i> .....	83
4.1.5	Tutela cautelar concedida incidentalmente, independente de processo cautelar autônomo e sincretismo processual.....	84
4.2	Tutela cautelar “satisfativa” ou “ultratativa”. Ausência de instrumentalidade (ou instrumentalidade atenuada) .....	84
4.3	Características da tutela cautelar.....	86
4.3.1	Autonomia do processo cautelar instaurado <i>ante causam</i> . Possibilidade de concessão de tutela cautelar incidental, em processo de outra natureza .....	86
4.3.2	Acessoriedade.....	87
4.3.3	Dupla instrumentalidade.....	88
4.3.4	Urgência.....	88
4.3.5	Sumariedade da cognição .....	89
4.3.6	Inexistência de coisa julgada, em regra .....	90
4.3.7	Provisoriedade ou precariedade .....	91
4.3.8	Revogabilidade e mutabilidade.....	92
4.3.9	Fungibilidade entre cautelares .....	92
4.3.9.1	Regra geral .....	92
4.3.9.2	Possibilidade de substituição da cautelar por caução (art. 805 do CPC) .....	94
4.3.9.3	Fungibilidade e o princípio da <i>mibi factum, dabo tibi ius</i> .....	94
4.4	Poder geral de cautela .....	94
4.4.1	Atipicidade das medidas cautelares. Fundamento constitucional .....	94
4.4.2	Poder geral de cautela e medidas cautelares típicas ou nominadas .....	96
4.4.3	Medidas cautelares <i>ex officio</i> .....	99

4.4.4	Fungibilidade da tutela cautelar .....	99
4.4.5	Concessão da tutela cautelar por órgão jurisdicional incompetente .....	99
4.4.6	Limitações ao poder geral de cautela.....	100
4.5	Pressupostos, condições da ação e mérito do processo cautelar.....	101
4.5.1	Generalidades.....	101
4.5.2	<i>Fumus boni iuris</i> .....	102
4.5.3	<i>Periculum in mora</i> .....	103
4.5.4	<i>Periculum in mora</i> inverso .....	103

## SEGUNDA PARTE – PROCEDIMENTOS CAUTELARES

José Miguel Garcia Medina  
Fernando da Fonseca Gajardoni

### 5

#### Considerações introdutórias

5.1	Procedimentos cautelares comum e especiais, e ações cautelares típicas (ou nominadas), com e sem procedimento próprio.....	105
5.2	Âmbito de aplicação dos arts. 796 a 811 do CPC aos procedimentos das ações cautelares nominadas ou típicas.....	106
5.3	Procedimentos impropriamente cautelares (ou falsos procedimentos cautelares): ações satisfativas e procedimentos de jurisdição voluntária indevidamente arrolados entre os procedimentos cautelares típicos .....	107
5.4	Sujeição do procedimento cautelar (Livro III) ao Livro I do Código de Processo Civil .....	107

### 6

#### Procedimento cautelar comum (Livro III, Capítulo I do CPC)

6.1	Aspectos gerais .....	110
6.2	Competência .....	110
6.2.1	Regra geral.....	110
6.2.2	Concessão de liminar por juízo incompetente e <i>translatio iudicii</i> .....	112
6.2.3	Prevenção para a ação principal e medidas meramente conservativas de direito.....	112
6.2.4	Competência na fase recursal .....	113

6.2.5	Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e competência para algumas medidas cautelares.....	115
6.3	Petição inicial.....	117
6.4	Participação do Ministério Público .....	120
6.5	Intervenção de terceiros.....	121
6.6	Liminar.....	122
6.6.1	Requisitos.....	122
6.6.2	Liminar <i>inaudita altera pars</i> .....	123
6.6.3	Audiência de justificação prévia .....	124
6.6.4	Necessidade de prestação de caução (contracautela).....	124
6.6.5	Necessidade de motivação da decisão que defere ou não a liminar .....	124
6.6.6	Modificação e revogação .....	125
6.6.7	Limites à concessão de liminar cautelar .....	125
6.6.8	Recurso cabível.....	126
6.6.9	Pedido de suspensão (art. 4.º da Lei 8.437/1992) .....	127
6.7	Citação .....	127
6.8	Resposta do réu .....	128
6.8.1	Prazo .....	128
6.8.2	Contestação.....	129
6.8.3	Exceções.....	129
6.8.4	Reconvenção .....	130
6.9	Revelia.....	130
6.10	Providências preliminares .....	131
6.11	Instrução.....	131
6.12	Sentença .....	131
6.13	Apelação.....	132
6.14	Reexame necessário (art. 475 do CPC) .....	133
6.15	Sucumbência .....	134
6.16	Coisa julgada material .....	135
6.17	Efetivação das medidas cautelares .....	136
6.18	Do ajuizamento da ação principal nas cautelares <i>ante causam</i> .....	137
6.18.1	Regra geral.....	137

6.18.2	Termo inicial: deferimento, efetivação da medida ou ciência do requerente? .....	138
6.18.3	Efetivação parcial da cautelar .....	139
6.18.4	Sentido da expressão “propor a ação” .....	139
6.18.5	Exceção de incompetência não suspende o prazo do art. 806 do CPC .....	140
6.18.6	Não incidência do prazo, quando houver impedimento legal ao ajuizamento da ação principal .....	140
6.18.7	Não incidência do prazo, em relação a cautelares não restritivas de direitos .....	141
6.18.8	Não incidência do prazo em relação às “cautelares satisfativas” .....	141
6.18.9	Causas relativas a direito de família .....	142
6.18.10	A não propositura da ação principal leva à extinção da ação cautelar .....	142
6.19	Duração e eficácia das cautelares (CPC, art. 808) .....	143
6.20	Procedimento cautelar e férias ou recessos forenses .....	144
6.21	Responsabilidade civil do requerente da cautela .....	144
	<i>Fluxograma 1</i> .....	146

## 7

**Procedimentos específicos do Livro III,  
Capítulo II do Código de Processo Civil  
(ações cautelares nominadas e outros  
procedimentos, de natureza diversa)**

7.1	Considerações introdutórias .....	149
7.1.1	Natureza dos procedimentos específicos previstos no Livro III, Capítulo II do Código de Processo Civil .....	149
7.1.2	Utilidade das cautelares nominadas ou típicas, no processo civil moderno. Caráter exemplificativo das cautelares nominadas e de suas hipóteses de cabimento .....	149
7.2	Arresto (arts. 813 a 821 do CPC) .....	153
7.2.1	Arresto cautelar e execução por quantia em dinheiro .....	153
7.2.2	Possibilidade de penhora de bem distinto do arrestado .....	153
7.2.3	Distinção entre arresto cautelar (CPC, art. 813 ss.) e arresto executivo (CPC, art. 653) .....	153

7.2.4	Requisitos para a concessão do arresto cautelar.....	154
7.2.4.1	<i>Periculum in mora</i> e <i>fumus boni iuris</i> . Não exaustividade das situações referidas nos arts. 813 e 814 do CPC .....	154
7.2.4.2	Prova literal da dívida líquida e certa ( <i>fumus boni iuris</i> ) .....	154
7.2.4.3	Prova documental ou justificação de algum dos casos mencionados no art. 813 do CPC ( <i>periculum in mora</i> ) .....	155
7.2.5	Procedimento .....	156
7.2.5.1	Aspectos gerais.....	156
7.2.5.2	Aplicação supletiva das regras referentes à penhora .....	157
7.2.6	A medida cautelar fiscal (Lei 8.397/1992) e suas particularidades .....	158
7.2.6.1	Semelhanças e diferenças, em relação ao arresto cautelar previsto no Código de Processo Civil .....	158
7.2.6.2	Requisitos e peculiaridades procedimentais.....	159
7.3	Sequestro (arts. 822 a 825 do CPC) .....	162
7.3.1	Sequestro e execução para a entrega de coisa.....	162
7.3.2	Semelhanças e diferenças entre sequestro e arresto. A aplicação supletiva das regras relativas ao arresto ao sequestro.....	163
7.3.3	Sequestro e arrolamento.....	163
7.3.4	Requisitos .....	164
7.3.4.1	Caráter exemplificativo das hipóteses previstas no art. 822 do CPC .....	164
7.3.4.2	Demonstração do <i>fumus boni iuris</i> e do <i>periculum in mora</i> .....	164
7.3.5	Aspectos procedimentais.....	165
7.4	Caução (arts. 826 a 838 do CPC).....	166
7.4.1	Caução cautelar e caução satisfativa .....	166
7.4.2	Finalidade do procedimento previsto nos arts. 826 ss. do CPC e objeto da caução .....	167
7.4.3	Ação para a prestação de caução e contracautela (art. 804 do CPC). Distinção .....	167
7.4.4	Caução às custas ( <i>cautio iudicatum solvi</i> ).....	168
7.4.5	Requisitos .....	168
7.4.6	Procedimento da caução cautelar .....	169
7.4.7	Procedimento da ação para a prestação de caução. Incidência do art. 461 do CPC.....	169

7.4.8	Reforço de caução .....	171
7.5	Busca e apreensão (arts. 839 a 843 do CPC) .....	171
7.5.1	Natureza: cautelar, satisfativa ou ato executivo incidental .....	171
7.5.2	Distinção entre busca e apreensão, arresto e sequestro .....	172
7.5.3	Aspectos procedimentais .....	173
7.6	Exibição (arts. 844 e 845 do CPC) .....	173
7.6.1	Finalidade da exibição .....	173
7.6.2	Distinção entre exibição e figuras afins .....	174
7.6.3	Exibição como mero incidente processual .....	174
7.6.4	Exibição como ação cautelar antecedente .....	175
7.6.5	Exibição como ação satisfativa .....	175
7.7	Produção antecipada de provas (arts. 846 a 851 do CPC) .....	176
7.7.1	Objeto .....	176
7.7.2	Distinção entre produção antecipada de prova e justificação ....	177
7.7.3	Produção de provas antecipada ou incidental .....	177
7.7.4	Requisitos .....	178
7.7.5	Procedimento .....	179
7.8	Alimentos provisionais (arts. 852 a 854 do CPC) .....	181
7.8.1	Conceito e abrangência .....	181
7.8.2	Distinção entre alimentos provisionais e provisórios. Requisitos exigidos, em cada uma das hipóteses .....	182
7.8.3	Alimentos gravídicos (Lei 11.804/2008) .....	183
7.8.4	Natureza da ação referida nos arts. 852 ss. do CPC .....	184
7.8.5	Aspectos procedimentais .....	184
7.9	Arrolamento de bens (arts. 855 a 860 do CPC) .....	186
7.9.1	Finalidade e natureza .....	186
7.9.2	Distinção entre arrolamento cautelar e sucessório (CPC, arts. 1.031 ss.) .....	187
7.9.3	Requisitos .....	187
7.9.4	Procedimento .....	188
7.10	Justificação (arts. 861 a 866 do CPC) .....	189
7.10.1	Natureza: procedimento de jurisdição voluntária .....	189
7.10.2	Finalidade .....	189
7.10.3	Distinção entre justificação e audiência de justificação .....	190
7.10.4	Algumas peculiaridades procedimentais .....	191
7.11	Protestos, notificações e interpelações (arts. 867 a 873 do CPC) .....	193
7.11.1	Finalidade e natureza: procedimentos de jurisdição voluntária, como regra .....	193



7.11.2	Distinção entre protesto, notificação e interpelação .....	194
7.11.3	Procedimento .....	195
7.11.4	Protesto contra a alienação de bens .....	196
7.11.4.1	Procedimento de jurisdição contenciosa, não voluntária .....	196
7.11.4.2	Meios de comunicação e admissibilidade de averbação do protesto no registro de imóveis .....	197
7.11.4.3	Efeitos do protesto .....	197
7.11.4.4	Outros aspectos procedimentais .....	198
7.12	Homologação do penhor legal (arts. 874 a 876 do CPC).....	198
7.12.1	Penhor legal .....	198
7.12.2	Finalidade da homologação.....	199
7.12.3	Natureza.....	200
7.12.4	Institutos afins: semelhanças e diferenças.....	200
7.12.5	Procedimento .....	201
7.13	Posse em nome do nascituro (arts. 877 e 878 do CPC).....	202
7.13.1	Natureza e finalidade.....	202
7.13.2	Peculiaridades procedimentais.....	204
7.14	Atentado (arts. 879 a 881 do CPC).....	205
7.14.1	Finalidade .....	205
7.14.2	Natureza.....	206
7.14.3	Medidas de apoio que podem ser tomadas <i>incidenter tantum</i> e desnecessidade do instituto .....	206
7.14.4	Cabimento .....	207
7.14.5	Legitimidade.....	208
7.14.6	Competência.....	209
7.14.7	Admissibilidade de concessão de liminar .....	209
7.14.8	Formação e desenvolvimento do procedimento. Incidência do art. 461 do CPC.....	210
7.15	Protesto e apreensão de títulos (arts. 882 a 887 do CPC).....	210
7.15.1	Protesto extrajudicial e sua sustação ou cancelamento por ordem judicial.....	210
7.15.2	Da apreensão de títulos .....	212
7.16	Outras medidas provisionais (arts. 888 e 889 do CPC).....	212
7.16.1	Natureza das medidas previstas no art. 888 do CPC.....	212
7.16.2	Obras de conservação em coisa litigiosa ou judicialmente apreendida (art. 888, I, do CPC) .....	213

7.16.3	Entrega de bens de uso pessoal do cônjuge e dos filhos (art. 888, II, do CPC).....	214
7.16.4	Posse provisória dos filhos, nos casos de separação judicial ou anulação de casamento, e guarda e educação dos filhos, com regulamentação do direito de visitas (art. 888, III e VII, do CPC).....	215
7.16.5	Afastamento de menor autorizado a contrair casamento (art. 888, IV, do CPC).....	216
7.16.6	Depósito de menores ou incapazes castigados imoderadamente ou induzidos à prática de atos contrários à lei e à moral (art. 888, V, do CPC) .....	217
7.16.7	Afastamento temporário de um dos cônjuges da morada do casal (art. 888, VI, do CPC).....	219
	7.16.7.1 Modalidades de separação de corpos.....	219
	7.16.7.2 Tutela cautelar ou antecipação dos efeitos da tutela? Incidência do princípio da fungibilidade .....	220
	7.16.7.3 Não incidência do prazo referido no art. 806 do CPC .....	220
	7.16.7.4 Outros aspectos procedimentais .....	221
7.16.8	Interdição ou demolição de prédio (art. 888, VIII, do CPC) ...	221
	<i>Fluxograma 2</i> .....	223
	<i>Fluxograma 3</i> .....	224

## TERCEIRA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO CONTENCIOSA

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

### 8

#### Aspectos gerais

8.1	Procedimentos comum e especiais.....	225
8.2	Importância dos procedimentos especiais.....	225
8.3	Procedimentos especiais, flexibilização e atipicidade dos procedimentos.	226
8.4	Outros procedimentos especiais previstos no Código de Processo Civil (além dos referidos no Livro IV).....	228

### 9

#### Ação de consignação em pagamento

9.1	Considerações gerais.....	229
9.2	Consignação extrajudicial e ação de consignação em pagamento .....	230
9.3	Objeto da ação de consignação.....	230

9.4	Discussão acerca da <i>res debita</i> na ação de consignação em pagamento.....	231
9.5	Ação de consignação no direito tributário .....	232
9.6	Pressupostos da consignação.....	232
9.6.1	<i>Mora accipiens</i> : recusa injustificada do credor .....	232
9.6.2	<i>Incognitio</i> : dúvida objetiva sobre quem seja o credor.....	233
9.7	Procedimento da consignação extrajudicial em pagamento .....	233
9.8	Procedimento da ação de consignação em pagamento.....	235
9.8.1	Opção do autor .....	235
9.8.2	Condições da ação de consignação .....	236
9.8.3	Competência .....	237
9.8.4	Requisitos da petição inicial .....	237
9.8.5	Consignação de prestações periódicas .....	238
9.8.6	Princípio da concentração ( <i>ius variandi</i> ) .....	238
9.8.7	Resposta do réu .....	238
9.8.8	<i>Actio duplex e emendatio morae</i> .....	239
9.8.9	Sentença.....	240
	<i>Fluxograma 4</i> .....	241

## 10

### Ação de depósito

10.1	Considerações preliminares .....	242
10.2	Depósito e ação de depósito .....	242
10.3	Procedimento da ação de depósito.....	246
10.3.1	Condições da ação.....	246
10.3.2	Prova literal do depósito, como requisito da petição inicial .....	247
10.3.3	O pedido de tutela específica.....	248
10.3.4	Defesa do réu .....	249
10.4	Sobre a constitucionalidade da prisão civil na ação de depósito e a Súmula Vinculante 25 do STF.....	249
10.5	Sentença .....	253

## 11

### Ação de anulação e substituição de títulos ao portador

11.1	A tutela dos títulos ao portador .....	255
11.2	Espécies de títulos ao portador .....	256
11.3	Pretensões protegidas pelo Código de Processo Civil.....	256
11.4	A boa-fé e os títulos ao portador .....	257

11.5	Aspectos procedimentais da ação.....	257
11.5.1	Competência .....	257
11.5.2	Ajuizamento da ação e citação do réu .....	257
11.5.3	Defesa do réu .....	259
11.5.4	Sentença.....	259
11.6	Ação de extravio parcial – O art. 912 do CPC .....	259

## 12

### Ação de prestação de contas

12.1	A necessidade de confrontação das contas.....	261
12.2	Legitimidade para a pretensão de exigir contas .....	262
12.3	Legitimidade para a pretensão de oferecer as contas .....	263
12.4	Condições de admissibilidade para a ação de prestação .....	263
12.5	Procedimento da ação de prestação de contas.....	264
12.5.1	Petição inicial .....	264
12.5.2	O sistema bifásico da ação de exigir contas .....	265
12.5.3	Possíveis atitudes do réu.....	265
	12.5.3.1 Apresentação das contas.....	265
	12.5.3.2 Apresentação de contas e de contestação.....	265
	12.5.3.3 Contestação.....	266
12.5.4	Sentença na primeira fase. Natureza jurídica.....	267
12.5.5	Cumprimento da sentença .....	268
12.5.6	Segunda fase na ação de exigir as contas .....	268
12.5.7	Resultado do julgamento – Verbas de sucumbência .....	269
12.6	Ação de prestar contas .....	269
12.7	Procedimento da ação de prestar contas .....	269
12.8	Prestação de contas vinculada a processo judicial.....	270

## 13

### Ações possessórias

13.1	Considerações introdutórias .....	271
13.2	Objeto das ações possessórias: <i>stricto sensu</i> e <i>lato sensu</i> .....	271
13.3	<i>Ius possessionis</i> e <i>ius possidendi</i> .....	273
13.4	A confluência do direito material e processual. A posse perante o Código Civil de 2002 .....	273

13.5	Espécies de ações possessórias .....	274
13.6	A fungibilidade e as ações possessórias .....	275
13.7	Condições da ação possessória.....	276
13.8	A cumulação de pedidos no juízo possessório.....	277
13.9	O art. 921, I, do CPC. As perdas e danos.....	278
13.10	O pedido de cominação de pena para a cessação da ameaça, turbação ou esbulho .....	278
13.11	A cominação de pena.....	279
13.12	O pedido de demolição de construção ou eliminação de plantações.....	279
13.13	A <i>exceptio domini</i> e a Súmula 487 do STF .....	280
13.14	A concessão de liminar .....	281
13.15	Defesa do réu. Possibilidade do pedido contraposto .....	283
13.16	Especialidade do procedimento .....	283
13.17	Sentença possessória e execução .....	284

## 14

### Ação de nunciação de obra nova

14.1	Ação de nunciação e limitação ao exercício da propriedade.....	285
14.2	Ação de nunciação: real ou pessoal?.....	286
14.3	A confluência do direito material. A redação atual do art. 1.302 do Código Civil.....	287
14.4	Direitos de vizinhança e obrigação <i>propter rem</i> .....	289
14.5	Direito de construir e função social da propriedade.....	290
14.6	O conceito de “obra nova”.....	291
14.7	A contiguidade da obra nova .....	291
14.8	Legitimidade ativa e passiva .....	292
14.9	O interesse de agir na ação de nunciação.....	293
14.10	Embargo extrajudicial.....	293
14.11	Propositura da ação e cumulação de pedidos .....	294
14.12	Concessão da liminar: o embargo da obra nova.....	295
14.13	Instrução processual.....	295
14.14	Caução.....	295
14.15	Sentença .....	296

## 15

## Ação de usucapião

15.1	A formação do título dominial através da usucapião .....	297
15.2	Ação de usucapião e aquisição de direitos reais .....	297
15.3	A usucapião como modo de aquisição da propriedade.....	298
15.4	Natureza jurídica da ação de usucapião .....	299
15.5	Ação e exceção de usucapião.....	299
15.6	Condições da ação de usucapião.....	300
15.7	Situações especiais de <i>legitimatío ad causam</i> : espólio, condômino, com- possuidor, pessoas jurídicas (associação e entidade coletiva) .....	301
15.8	Procedimento da usucapião de bem imóvel .....	302
15.8.1	A petição inicial .....	302
15.8.2	Integração do cônjuge .....	303
15.8.3	Formação do contraditório. Citações e intimações.....	303
15.8.4	Citação do proprietário e do possuidor .....	303
15.8.5	Citação e intimação da Fazenda Pública .....	304
15.8.6	Citação dos confinantes e terceiros.....	305
15.8.7	Julgamento antecipado e audiência de instrução .....	305
15.8.8	Intervenção do Ministério Público.....	306
15.8.9	A sentença na ação de usucapião.....	306

## 16

Ação de divisão e demarcação  
de terras particulares

16.1	Pretensão de demarcação e divisão .....	307
16.2	A finalidade da ação de demarcação e divisão. Prejudicialidade.....	307
16.3	Condições para a ação de divisão e demarcação.....	308
16.4	Condição de procedibilidade específica: divisão cômoda da <i>res</i> .....	308
16.5	Competência .....	309
16.6	Posição dos confinantes no juízo divisório após a demarcação.....	309
16.7	Procedimento das ações divisórias .....	310
16.8	Natureza bifásica do procedimento .....	310

## 17

**Inventário e arrolamento**

17.1	A ação de inventário (art. 982 do CPC) e a Resolução 35/2007 do CNJ...	311
17.2	Modalidades de inventário .....	312
17.2.1	Inventário positivo (ativo > passivo).....	312
17.2.2	Inventário negativo (ativo < passivo).....	312
17.3	Ação de sobrepartilha e de sonegados.....	313
17.4	Facultatividade e extinção da via judicial .....	313
17.5	O inventário pela via judicial. Abertura da sucessão .....	313
17.6	Âmbito de cognição no inventário e arrolamento.....	314
17.7	Procedimento do inventário .....	314
17.8	O arrolamento sumário.....	316
17.9	O arrolamento extrajudicial por escritura pública .....	316
17.10	O alvará judicial.....	317
17.10.1	Generalidades.....	317
17.10.2	Alvará judicial incidental.....	317
17.10.3	Alvará autônomo.....	318

## 18

**Embargos de terceiro**

18.1	Natureza jurídica .....	319
18.2	“Quem, não sendo parte no processo”: a figura do terceiro .....	319
18.3	O terceiro e o devedor <i>ultra titulum</i> .....	320
18.4	O terceiro e as Súmulas 84, 303 e 308 do STJ.....	321
18.5	A parte equiparada ao terceiro (art. 1.046, § 2.º do CPC).....	322
18.6	O art. 1.046, § 3.º do CPC. Os embargos do cônjuge, a Súmula 134 do STJ e o art. 655-B do CPC .....	323
18.7	Credor com garantia real .....	324
18.8	Prazo para a oposição dos embargos.....	324
18.9	Objeto dos embargos de terceiro .....	324
18.10	Procedimento .....	325
18.10.1	Limitação da cognição judicial.....	325
18.10.2	Petição de embargos e citação .....	325
18.10.3	Liminar .....	326
18.10.4	Suspensão do processo principal .....	326
18.10.5	Competência .....	326
18.10.6	Defesa do embargado.....	327
18.10.7	Sentença e coisa julgada .....	328

## 19

**Habilitação**

19.1	Habilitação e sucessão <i>causa mortis</i> .....	329
19.2	O regime da sucessão processual <i>causa mortis</i> .....	330
19.2.1	Comunicação formal do óbito .....	330
19.2.2	Suspensão do processo .....	330
19.2.3	Legitimidade para o pedido de habilitação .....	331
19.3	Procedimento da ação de habilitação .....	331
19.4	Habilitação em fase recursal .....	332
19.5	Habilitação <i>ope legis</i> dos adquirentes e cessionários .....	332
19.6	Competência .....	333
19.7	Habilitação consensual ou direta .....	333
19.8	Sentença de habilitação .....	303

## 20

**Restauração de autos**

20.1	Nova realidade: processo eletrônico .....	334
20.2	Legitimidade <i>ad causam</i> .....	334
20.3	Autos suplementares: cópia digital .....	335
20.4	Procedimento da restauração .....	336
20.5	Competência para restauração de autos .....	337
20.6	Sanções pela perda ou extravio .....	338
20.7	Repetição de provas .....	338

## 21

**Vendas a crédito com reserva de domínio**

21.1	A tutela jurisdicional do crédito na aquisição de bens móveis .....	340
21.2	Proteção do terceiro de boa-fé .....	341
21.3	A previsão do art. 1.070 do CPC .....	342
21.4	A execução do contrato pelo art. 1.071 do CPC .....	342

## 22

**Juízo arbitral e Lei 9.307/1996**

22.1	Considerações gerais .....	345
22.2	Âmbito de incidência da arbitragem .....	345
22.3	Convenção de arbitragem .....	346
22.4	O árbitro .....	347



22.5	Procedimento da arbitragem .....	347
22.6	Sentença arbitral.....	347

## 23

### Ação monitória

23.1	Estrutura do procedimento monitório .....	349
23.2	O documento no procedimento monitório.....	350
23.2.1	Natureza do documento .....	350
23.2.2	Peculiaridades da prova documental: forma escrita .....	351
23.2.3	Identificação precisa da <i>res</i> e do <i>quantum debeatur</i> .....	351
23.2.4	Documento unilateral e bilateral .....	351
23.3	Procedimento .....	353
23.3.1	Petição inicial .....	353
23.3.2	Oposição de embargos monitórios .....	353
23.3.3	Competência .....	355
23.3.4	Citação e Súmula 282 do STJ .....	355
23.3.5	Expedição do mandado .....	355
23.3.6	Cumprimento do mandado de pagamento ou entrega .....	356
23.3.7	Sentença.....	356
23.4	Monitória no Juizado Especial .....	357
23.5	Monitória contra a Fazenda Pública.....	357

## QUARTA PARTE – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

## 24

### Jurisdição voluntária: princípios gerais e procedimentos em espécie

24.1	Jurisdição contenciosa e voluntária. Distinção .....	358
24.2	Migração dos procedimentos de jurisdição voluntária .....	359
24.3	Normas gerais aplicáveis ao procedimento de jurisdição voluntária.....	360
24.3.1	Considerações introdutórias .....	360
24.3.2	Legitimidade para o procedimento .....	360
24.3.3	Formação do contraditório e produção de provas.....	360
24.3.4	Sentença.....	361
24.4	Procedimentos de jurisdição voluntária em espécie .....	361

24.4.1	Alienações judiciais .....	361
24.4.2	Separação consensual. A Lei 11.441/2007 e a Emenda 66/2010 ..	362
24.4.3	Dos testamentos e codicilos .....	363
24.4.4	Herança jacente.....	364
24.4.5	Bens dos ausentes.....	364
24.4.6	Coisas vagas .....	365
24.4.7	Curatela de interditos .....	365
24.4.8	Fundações: organização e fiscalização .....	367
24.4.9	Especialização da hipoteca legal.....	368
24.5	Outros procedimentos de jurisdição voluntária .....	368

## QUINTA PARTE – AÇÕES COLETIVAS

José Miguel Garcia Medina

Fábio Caldas de Araújo

### 25

#### Teoria geral das ações coletivas

25.1	Transformações no sistema jurídico.....	370
25.2	O “afioramento” dos interesses coletivos .....	371
25.3	A dicotomia: Direito Público/Privado .....	373
25.4	A tutela jurisdicional coletiva e as diversas classes de interesses .....	374
25.4.1	Aspectos gerais.....	374
25.4.2	Interesse individual .....	375
25.4.3	Interesses individuais plúrimos .....	375
25.4.4	Interesses individuais homogêneos.....	377
25.4.5	A <i>Rule 23</i> e a importância das <i>class actions</i> para a tutela das <i>small and modest claims</i> .....	377
25.4.6	Interesse coletivo .....	379
25.4.7	Interesses difusos.....	380
25.5	Legitimação nas ações coletivas.....	381
25.5.1	Generalidades.....	381
25.5.2	Legitimação extraordinária nas ações coletivas .....	382
25.5.3	Legitimação extraordinária passiva ( <i>defendant class action</i> ) .....	385
25.6	Coisa julgada nas ações coletivas .....	386
25.6.1	Regime geral da coisa julgada, nas ações coletivas.....	386

25.6.2	Limitação territorial dos efeitos da sentença coletiva .....	387
25.6.3	Litispendência e suspensão (a requerimento ou <i>ex officio</i> ) das ações ajuizadas individualmente, em razão da existência de ação coletiva .....	389

## 26

### Ação civil pública

26.1	Objeto da ação civil pública.....	392
26.2	A competência para a Lei de Ação Civil Pública .....	394
26.3	Tutelas preventiva (“inibitória”) e ressarcitória.....	394
26.4	Tutela de urgência na ação civil pública.....	398
26.5	Legitimidade para ação civil pública.....	398
26.6	Sentença .....	400
26.7	Eficácia da sentença e coisa julgada .....	402
26.8	Cumprimento da sentença.....	402

## 27

### Ação popular

27.1	Objeto da ação popular.....	404
27.2	A lesão e a ilegalidade do ato.....	405
27.3	Ação popular e ação civil pública por improbidade .....	405
27.4	Notas sobre a legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i> na ação popular .....	406
27.5	A legitimação subsidiária do Ministério Público .....	407
27.6	A legitimidade do cidadão menor de 18 anos e a ilegitimidade da pessoa jurídica.....	407
27.7	Legitimação passiva.....	407
27.8	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público.....	408
27.9	Competência .....	408
27.10	A concessão da liminar .....	409
27.11	Recursos contra a liminar .....	410
27.12	Procedimento .....	411
27.13	Petição inicial.....	411
27.14	Citação .....	412
27.15	Resposta do réu .....	413
27.16	Sentença e o regime da coisa julgada .....	414

27.17	Sentença de procedência.....	414
27.18	Sentença de improcedência. Isenção de despesas e coisa julgada.....	415
27.19	Sentença processual .....	416
27.20	Recursos .....	417
27.21	Reexame necessário na ação popular e Súmula 405 do STF.....	417
27.22	Cumprimento da sentença.....	418

## 28

**Ação de improbidade administrativa**

28.1	Considerações iniciais.....	420
28.2	Improbidade administrativa.....	421
28.3	A caracterização do ato de improbidade.....	422
28.4	O agente público que comete ato de improbidade.....	422
28.5	A improbidade e o princípio da tipicidade .....	424
28.6	Procedimento da ação de improbidade.....	426
28.7	A tutela de urgência na ação de improbidade .....	426
28.8	A fungibilidade e a urgência .....	427
28.9	Proporcionalidade na concessão do provimento cautelar .....	428
28.10	Petição inicial.....	429
28.11	Contraditório preliminar: condição de admissibilidade .....	430
28.12	Notificação e interrupção da prescrição .....	430
28.13	Competência .....	431
28.14	Deslocamento por prerrogativa de foro. Impossibilidade.....	432
28.15	Condições da ação .....	433
	28.15.1 Legitimidade <i>ad causam</i> .....	433
	28.15.2 Pessoa jurídica lesada.....	433
	28.15.3 Litisconsórcio e assistência ao Ministério Público .....	434
	28.15.4 Ministério Público .....	435
28.16	Audiência de conciliação e instrução .....	435
28.17	Sentença na ação de improbidade.....	436
28.18	Aplicação das sanções do art. 12 da Lei 8.429/1992. Regra de ponderação...	437
28.19	Execução da sentença .....	438
28.20	Prescrição da pretensão na ação de improbidade .....	438
28.21	Interrupção e imprescritibilidade do ressarcimento .....	438

## SEXTA PARTE – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

José Miguel Garcia Medina  
Fábio Caldas de Araújo

## 29

## Ações constitucionais. Noções gerais

29.1	O controle jurisdicional misto da Constituição Federal brasileira .....	440
29.2	Controle repressivo concentrado e difuso .....	441
29.3	A transcendência da eficácia <i>erga omnes</i> para o controle difuso.....	442
29.4	Controle concentrado de constitucionalidade.....	442
29.5	Ações constitucionais examinadas no presente trabalho .....	443

## 30

Ação direta de inconstitucionalidade e ação  
declaratória de constitucionalidade

30.1	Finalidade da ação direta de inconstitucionalidade (por ação ou omissão).....	444
30.2	Procedimento da ação direta de inconstitucionalidade .....	447
30.2.1	A Lei 9.868/1999 e as alterações da Lei 12.063/2009 .....	447
30.2.2	Interesse na propositura da ação direta de inconstitucionalidade...	447
30.2.3	Pertinência temática.....	449
30.2.4	Legitimidade.....	449
30.2.5	Fase inicial da ação direta de inconstitucionalidade.....	451
30.2.6	A participação de terceiros e do <i>amicus curiae</i> .....	452
30.2.7	Informações e concessão de tutela de urgência no controle con- centrado .....	453
30.2.8	Eficácia da liminar e julgamento definitivo em regime de ur- gência .....	454
30.3	A sentença na ação direta de inconstitucionalidade e seus efeitos.....	455
30.4	A ação declaratória de constitucionalidade e seu procedimento .....	458

## 31

Arguição de descumprimento  
de preceito fundamental

31.1	Noções gerais .....	460
31.2	Legitimidade .....	461

31.3	Procedimento da ADPF.....	461
31.4	Poderes do relator e princípio da subsidiariedade .....	462
31.5	Concessão de liminar na ADPF .....	462
31.6	Decisão final na ADPF e modulação de efeitos.....	463

## 32

**Mandado de segurança**

32.1	Modalidades de mandado de segurança: preventivo e repressivo .....	464
32.2	Mandado de segurança coletivo.....	465
32.3	Condições da ação .....	466
32.3.1	Possibilidade jurídica.....	466
32.3.2	Legitimidade .....	468
32.3.3	A legitimidade passiva e a encampação .....	468
32.3.4	Legitimidade ativa .....	468
32.3.5	Interesse de agir – Direito líquido e certo .....	469
32.4	Competência .....	470
32.5	A liminar no <i>mandamus</i> .....	470
32.6	A peça de defesa: informações da autoridade coatora .....	471
32.7	Ministério Público.....	472
32.8	Sentença no mandado de segurança. Extinção pelo fato consumado .....	472
32.9	A opção pela via ordinária e a coisa julgada.....	473
32.10	Despesas e honorários advocatícios .....	474
32.11	Recursos e sucedâneos: agravo e a suspensão .....	474
32.12	Execução no mandado de segurança.....	475

## SÉTIMA PARTE – JUIZADOS ESPECIAIS

**José Miguel Garcia Medina**  
**Fábio Caldas de Araújo**

## 33

**Juizados Especiais. Noções gerais**

33.1	A origem dos Juizados Especiais .....	476
33.2	Juizados Especiais: procedimento especial ou comum sumaríssimo?.....	477
33.3	Recentes transformações dos Juizados Especiais .....	477

## 34

**Juizados Especiais Cíveis  
(Lei 9.099/1995)**

34.1	Os Juizados Especiais Cíveis e a Lei 9.099/1995 .....	479
34.2	Princípios informativos dos Juizados .....	480
34.3	Competência .....	481
34.3.1	Regra geral .....	481
34.3.2	Foro competente .....	482
34.3.3	Incompetência absoluta .....	483
34.4	Partes .....	483
34.4.1	Pessoas que podem ser parte .....	483
34.4.2	Capacidade postulatória .....	484
34.4.3	Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	484
34.5	O procedimento no Juizado Especial e o desenvolvimento dos atos processuais .....	484
34.5.1	Visão geral do procedimento .....	484
34.5.2	A petição inicial .....	485
34.5.3	Citação e intimação .....	485
34.5.4	Audiências de conciliação e instrução .....	485
34.5.5	Produção de provas .....	486
34.5.6	Resposta do réu e pedido contraposto .....	486
34.5.7	Sentença .....	487
34.5.8	Recursos .....	487
34.5.9	Execução no Juizado .....	488
34.5.10	Despesas processuais .....	489
34.5.11	Acordo extrajudicial e ação rescisória .....	489

## 35

**Juizados Especiais Cíveis  
da Justiça Federal (Lei 10.259/2001)**

35.1	Instituição dos Juizados Especiais Federais .....	490
35.2	Aplicação subsidiária da Lei 9.099/1995 .....	490
35.3	Competência no Juizado Federal .....	491

35.4	Partes.....	492
35.4.1	Legitimação das partes.....	492
35.4.2	Capacidade postulatória.....	492
35.5	Tutela de urgência.....	493
35.6	O procedimento do Juizado Federal.....	493
35.6.1	Aspectos gerais.....	493
35.6.2	O pedido.....	494
35.6.3	Resposta do réu.....	494
35.6.4	Audiência de conciliação e instrução.....	495
35.6.5	Produção de prova técnica.....	495
35.6.6	Sentença.....	495
35.6.7	Execução.....	496
35.6.8	Recursos.....	496

### 36

#### Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei 12.153/2009)

36.1	Surgimento dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	498
36.2	Competência.....	498
36.3	Partes.....	500
36.3.1	Legitimidade das partes.....	500
36.3.2	Litisconsórcio ativo.....	500
36.4	Tutela de urgência.....	501
36.5	Procedimento no Juizado da Fazenda Pública.....	501
36.5.1	Princípios gerais.....	501
36.5.2	Cumprimento da sentença.....	502
36.5.3	Recursos.....	503
	Bibliografia.....	505
	Índice alfabético-remissivo.....	523
	Outras obras dos Autores.....	527